

Apresentação	15
<i>Eliomar da Silva Pereira</i>	
Prefácio	17
<i>Manuel Monteiro Guedes Valente</i>	
1 Introdução	21
2 Cooperação internacional	25
2.1 Princípios da cooperação internacional.....	26
2.1.1 Princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.....	26
2.1.2 Princípio da solidariedade.....	28
2.1.3 Princípio da reciprocidade.....	31
2.1.4 Princípio da prevalência dos direitos humanos.....	33
2.1.5 Princípio da soberania.....	34
2.1.6 Princípio da máxima cooperação.....	37
3 Teorias da cooperação internacional	39
3.1 Idealismo ou liberalismo.....	40
3.2 Funcionalismo.....	41
3.3 Realismo.....	42
3.4 Institucionalismo liberal ou novo liberalismo.....	43
3.5 Terceiro grande debate nas relações internacionais.....	46
3.5.1 Neorealismo ou realismo estrutural.....	46
3.5.2 Neoliberalismo ou institucionalismo neoliberal.....	47

4 Crime organizado transnacional	49
4.1 Delimitação conceitual.....	49
4.2 Breve esboço histórico sobre o crime organizado	55
4.3 Crime organizado transnacional e Convenção de Palermo.....	61
4.4 Crime organizado transnacional, Convenção de Palermo e decisões-quadro da UE.....	69
4.5 Crime organizado transnacional, Convenção de Palermo e Organização dos Estados Americanos (OEA).....	71
4.6 Crime organizado transnacional, Convenção de Palermo e Mercosul.....	74
4.7 Crime organizado transnacional, Convenção de Palermo e ordenamento jurídico brasileiro. Breves considerações sobre a Lei 12.850/2013.....	78
4.7.1 Da investigação e dos meios de obtenção da prova na Lei 12.850/2013.	89
4.7.2 Infiltração, por policiais, em atividade de investigação, na forma do Art. 11.....	113
5 Cooperação jurídica internacional em matéria penal	119
5.1 Delimitação conceitual.....	121
5.2 Cooperação jurídica internacional para o enfrentamento do crime organizado transnacional na Convenção de Palermo.....	123
5.2.1 Auxílio direto.....	130
5.2.2 Autoridade central	137
5.3 Cooperação jurídica internacional para o enfrentamento do crime organizado transnacional na UE	143
5.3.1 Acordos multilaterais de assistência legal mútua em matéria penal na UE.....	147
5.3.2 Acordos multilaterais de assistência legal mútua em matéria penal do Conselho da Europa.....	154
5.4 Cooperação jurídica internacional para o enfrentamento do crime organizado transnacional na OEA	172
5.4.1 Convenção interamericana sobre assistência mútua em matéria penal.....	173
5.4.2 Protocolo facultativo relativo à convenção interamericana sobre assistência mútua em matéria penal ..	175
5.5 Cooperação jurídica internacional para o enfrentamento do crime organizado transnacional no Mercosul	175
5.5.1 Protocolo de assistência jurídica mútua em assuntos penais do Mercosul (Protocolo de São Luís).....	176

5.5.2 Acordo de assistência jurídica mútua em assuntos penais entre os Estados-Partes do bloco, a República da Bolívia e a República do Chile de 2001	178
6 Cooperação policial internacional no enfrentamento do crime organizado transnacional	183
6.1 Escorço histórico.....	183
6.2 Natureza jurídica.....	186
6.3 Cooperação policial internacional e investigação criminal no enfrentamento ao crime organizado transnacional	192
6.4 A legitimação da cooperação policial internacional no enfrentamento ao crime organizado transnacional: promoção aos direitos humanos.....	197
7 Abordagem da dimensão preventiva para o enfrentamento do crime organizado transnacional	203
7.1 Implementação transnacional de medidas preventivas	214
7.2 <i>Intelligence</i> e cooperação internacional.....	219
7.2.1 Celeridade na obtenção de informações para o enfrentamento do crime organizado transnacional	227
7.2.2 Princípio da disponibilidade no âmbito da UE	228
7.3 Intercâmbio de informações e respeito aos direitos humanos.....	234
8 Direito penal transnacional: desafios na prevenção ao crime organizado transnacional.....	237
8.1 Breves considerações sobre a distinção entre direito penal internacional, direito internacional penal e direito penal transnacional	240
8.1.1 Direito internacional penal.....	241
8.1.2 Direito penal internacional.....	246
8.1.3 Direito penal transnacional	248
9 Conclusão	267
Referências	271
Diplomas e documentos	277